**ATA nº 202/2019.** Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, tendo como local a sala de reuniões da Secretaria Executiva dos Conselhos, sita a Avenida Nereu Ramos, edifício CPC, sala 705B, reuniram-se os seguintes Conselheiros Municipais de Assistência Social para reunião ordinária: Daiane Correa Cavalli, Ivana Alberguini, Aline Fátima do Nascimento Magro, Deise Fazzioni, Suzana Cavalheiro da Silva, Neusa Fátima Zuffo, Nalu Oro Paludo, Michele Aparecida Silva, Emanuelle Borsoi, Liceia Tozzo Tenedini, Franciane Sassi Krol, Luciana Lora, Daiane Grasiela Nadaletti Nardon, Jandira dos Santos, Adecir Rodrigues da Silva, além de Emelli Conrado, bolsista de projeto de pesquisa da Unochapecó e Juliane Valentini, da Secretaria Executiva dos Conselhos. A Presidente Aline cumprimentou a todos, em seguida passou a leitura da seguinte pauta: **1. Leitura e aprovação da Pauta.** Aprovada pela plenária. **2. Justificativas de ausência de Conselheiros:** Fransinês Swib Vaz Grokoski, Marlene Del Moral, Martinha Aparecida dos Santos Maschio e Marilei Cebulski Rodrigues justificaram ausências, as quais foram aprovadas pela plenária. **3. Comissão Normas – análise da proposta de Lei do Serviço de Famílias Acolhedoras e Extensas**. A presidente Aline informou que a Comissão de Normas se reuniu durante duas tardes para análise da referida proposta de lei, cujas considerações enviou à SEASC e solicitou retorno até o dia três de outubro, para apresentar à plenária, porém a Secretaria ainda não retornou. A conselheira Emanuelle informou que a proposta foi encaminhada aos Conselhos municipais de Assistência Social (CMAS), dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), da Pessoa com Deficiência (COMDE) e do Idoso (CMDI), sendo que o CMDCA ainda não enviou as sugestões, por isso a proposta final ainda não foi concluída e que, devido as diversas sugestões apontadas pelos Conselhos, nem todas serão acatadas. Emanuelle informou ainda que após as alterações na proposta de lei, esta será encaminhada à Câmara de Vereadores e ao CMAS para conhecimento. A presidente Aline questionou se a proposta final será analisada por este Conselho, ou apenas será apresentada para conhecimento, sendo que Emanuelle informou que será encaminha apenas para conhecimento. Assim, a plenária deliberou por não realizar nova análise da proposta. **4. Censo SUAS próxima reunião (prazo de sete de outubro a vinte e nove de novembro).** O Censo SUAS será preenchido na próxima reunião, que ocorrerá dia 20 de novembro na APAE. **5. Alteração Lei 4550/2003 que Dispõe sobre modificações no programa de orientação e apoio às famílias em situação de risco pessoal e social.** O programa foi criado pela lei número [3801](https://leismunicipais.com.br/a1/sc/c/chapeco/lei-ordinaria/1997/380/3801/lei-ordinaria-n-3801-1997-institui-o-programa-de-orientacao-e-apoio-as-familias-em-situacao-de-risco-pessoal-e-social), de 16 de dezembro de 1997 e alterado pela lei 4550/2003 e recentemente foi alterada pelo executivo, através da publicação da Lei número 7.283, de 16 de Setembro de 2019, a pedido da SEASC e prevê que as famílias beneficiárias receberão o equivalente a cinquenta por cento de um salário mínimo vigente no país, durante o período de inclusão, que deverá ser revisado anualmente, mediante critérios de avaliação de Técnico de Nível Superior que compõe o Sistema Único de Assistência Social - SUAS, conforme Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB/RH/SUAS, vinculado ao Município. Algumas conselheiras argumentaram que a avaliação deve ser realizada pela equipe de referência e acreditam que a lei deveria ser toda revisada, pois está defasada. Ficou definido que será enviado ofício ao poder público com posicionamento do CMAS sobre a alteração da lei, considerando que a análise para concessão de transferência de renda não deve ser feita por qualquer um dos técnicos de nível superior que atuam no SUAS e, que a orientação do Ministério da Cidadania com relação a atuação profissional foi com relação aos benefícios eventuais e não para programas de transferência de renda, que deve ser concedida mediante avaliação socioeconômica. **6. Comissão de Financiamento: prestação de contas do FMAS do Segundo trimestre de 2019; programar análise do demonstrativo financeiro.** Juliane da Secretaria Executiva apresentou a prestação de contas, enviada pela SEASC, a qual foi apresentada pela SEASC à comissão de financiamento em reunião, com o apoio da conselheira Deise que fez vários esclarecimentos. Conforme as planilhas apresentadas, no mês de abril de dois mil e dezenove, ao Programa Abrigo Domiciliar para Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoas com Deficiência foram empregados R$ 91.719,48 (noventa e um mil, setecentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos); a proteção social básica recebeu da união o valor deR$ 179.360,86 (Cento e setenta e nove mil, trezentos e sessenta reais e oitenta e seis centavos). Foram investidos R$ 160.202,59 (cento e sessenta mil, duzentos e dois reais e cinquenta e nove centavos) e reprogramado o saldo de dois mil e dezoito de R$19.158,27 (dezenove mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e sete centavos) para utilização emaquisição de gêneros de alimentação, material para manutenção de bens móveis e imóveis, material para cursos, material de expediente, aquisição de materiais para implantação de horta nas Aldeias Kondá e Toldo Chimbangue; em serviços de manutenção de bens móveis e imóveis, serviços de transporte de crianças em atividades externas. A proteção social básicadeverá receber do estado o valor total de R$ 37.917,46 (trinta e sete mil, novecentos e dezessete reais e quarenta e seis centavos), porém ainda não foi repassado. A proteção social especial recebeu da união o valor de R$ 200.923,91 (duzentos mil, novecentos e vinte e três reais e noventa e um centavos). Foram investidos R$186.634,63 (cento e oitenta e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e sessenta e três centavos) na aquisição de gêneros de alimentação, serviços de locação de um mês para mudança para espaço novo para o Abrigo Municipal, pagamento de cinco servidores, sendo um psicólogo, um agente CREAS serviço social, um agente CREAS Direito, um agente CREAS Psicologia e um coordenador do PETI; e reprogramado o saldo de R$14.289,28 (quatorze mil, duzentos e oitenta e nove reais e vinte e oito centavos) para investimento emaquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis; aquisição de material de higiene; aquisição de material para manutenção de veículo Doblô placas QHM 0387 Abrigo Institucional; aquisição de material de expediente; aquisição de camisetas para equipe PETI; aquisição de utilidades domésticas; serviços de manutenção de bens móveis e imóveis. A proteção social especial deverá receber do estado o valor deR$ 22.268,80 (vinte e dois mil, duzentos e sessenta e oito reais e oitenta centavos), porém ainda não foi repassado. Foi recebido recurso do Índice De Gestão Descentralizada do Sistema Único De Assistência Social – IGD SUAS UNIÃO no valor de R$ 1.514,00 (mil quinhentos e quatorze reais), sendo que R$56,00 (cinquenta e seis reais) foram utilizados para Aquisição de material de expediente e R$1.458,00 (mil quatrocentos e cinquenta e oito reais) foram reprogramados para utilização em Aquisição de passagens do interior para bolsistas do Trabalho e Cidadania. Foram investidos na proteção social básica, recursos municipais no total deR$ 533.490,75 (quinhentos e trinta e três mil, quatrocentos e noventa reais e setenta e cinco centavos), investidos em Serviços de traslado de corpo de Joinville para Chapecó; serviços de locação do Serviço de Convivência e fortalecimento de vínculos Passo dos Fortes para nove meses; adiantamento de viagens e pagamento de pessoal para oitenta e dois servidores. A proteção social especial contou com investimento municipal novalor de R$ 334.350,09 (trezentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais e nove centavos), utilizados para aquisição de gêneros de alimentação; aquisição de materiais para manutenção de bens móveis e imóveis; Serviços de locação do CREAS I para quatro meses; Serviços de manutenção de bens móveis e imóveis; serviços de transporte de mudança do Abrigo Institucional; Serviços de acolhimento institucional para adolescente em situação de risco, conforme decisão judicial e pagamento de oitenta e um servidores. Com relação à prestação de contas referente ao mês de maio de dois mil e dezenove, o programa Abrigo Domiciliar – Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoas com Deficiência recebeu R$ 91.719,48 (noventa e um mil, setecentos e dezenove reais e quarenta e oito centavos) para atendimento a cento e vinte e um acolhidos. A proteção social básica recebeu da uniãoo valor total de R$ 68.696,95 (sessenta e oito mil, seiscentos e noventa e seis reais e noventa e cinco centavos), sendo que R$48.024,94 (quarenta e oito mil, vinte e quatro reais e noventa e quatro centavos), foram investidos em aquisição de gêneros de alimentação e pagamento de seis servidores, sendo três assistentes sociais, dois agentes PAIF serviço social e um agente PAIF ensino médio e R$ 20.672,01 (vinte mil, seiscentos e setenta e dois reais e um centavo) foram reprogramados para utilização em aquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, aquisição de material de expediente, serviços reforma do CRAS Cristo Rei, conforme Primeiro Termo Aditivo ao contrato número seis de dois mil e dezoito, prorrogação para três meses. Os Serviços de manutenção de bens móveis e imóveis proteção social básica reprogramou saldo de dois mil e dezoito, de recurso estadual, no valor de R$ 14.136,71 (quatorze mil, cento e trinta e seis reais e setenta e um centavos) para investimento em aquisição de gêneros de limpeza e higiene, aquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, serviços de manutenção de bens móveis e imóveis e aquisição de forno elétrico para o CRAS Efapi. A Proteção Social Especial recebeu da União o valor de R$ 60.680,59 (sessenta mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e nove centavos), sendo que R$44.437,98 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos) foram investidos emaquisição de gêneros de alimentação e pagamento de cinco servidores, sendo um psicólogo, um agente CREAS serviço social, um agente CREAS Direito, um agente CREAS Psicologia e um coordenador do PETI. A reprogramação do saldo de dois mil e dezoito de R$16.242,61(dezesseis mil, duzentos e quarenta e dois reais e sessenta e um centavos) contemplou aquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, aquisição de material de higiene, aquisição de utilidades domésticas, aquisição de material para Oficina Preparação para Mercado de Trabalho-PETI, com lanche, camisetas e canetas, serviços de manutenção de bens móveis e imóveis, inscrição de seis servidores no Sexto Simpósio de Terapia Familiar em Chapecó, Diária para três servidores para participação em capacitação sobre Acolhimento, Integração e Interiorização de Imigrantes e Refugiados em Florianópolis. A Proteção Social Especial recebeu do Estadoo valor de R$ 1.076,60 (mil e setenta e seis reais e sessenta centavos), que foi reprogramado o saldo de dois mil e dezoito para aquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, aquisição de material de expediente, aquisição de fogão a gás para o CREAS II, Switch para o CREAS I e Chaleira elétrica para o Resgate Social. Foi recebido por meio do Índice De Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS UNIÃO o valor de R$ 5.545,74 (cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e setenta e quatro centavos), que foram utilizados em aquisição de material e de Serviços para manutenção de bens móveis e imóveis na Sala de Gestão do SUAS, inscrição de dois servidores para participação no Décimo Seminário de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social em Florianópolis. Por meio do Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família – IGD PBF UNIÃO foi recebido o valor total de R$ 49.857,68 (quarenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos), sendo utilizado para aquisição de gêneros de limpeza e higiene, de material e serviço para manutenção de bens móveis e imóveis, aquisição de material para primeira vistoria do veículo Cronos placas QJF 1857, utilizado pelos CRAS São Pedro e Seminário, Passagens aéreas para três servidoras para o 131º Encontro de Apoio Técnico do FNAS em Brasília. A Proteção Social Básica obteve como recurso ordinário do município o valor de R$ 600.943,63 (seiscentos mil, novecentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos), investidos em Serviços de traslado de corpo de Joinville para Chapecó, Serviços terceirizados de limpeza de cinquenta e seis trabalhadores, diárias para dois servidores para participação no Décimo Seminário de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social em Florianópolis, Empenhamento para nove bolsistas do Programa Trabalho e Cidadania para o ano, pagamento de Brigadista credenciado para atuar em evento na Cidade do Idoso e Pagamento de oitenta e dois servidores. A Proteção Social Especial recebeu como recurso ordinário o valor de R$ 263.884,33 (duzentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta e três centavos), utilizados em Aquisição de materiais para manutenção de bens móveis e imóveis, Serviços de manutenção de bens móveis e imóveis e pagamento de oitenta e um servidores. Com relação à prestação de contas do mês de Junho de dois mil e dezenove, o ProgramaAbrigo Domiciliar – Crianças, Adolescentes, Idosos e Pessoas com Deficiência recebeu R$95.641,66 (noventa e cinco mil, seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e seis centavos), e atendeu um total de cento e dezoito pessoas.HouveTransferência da União de R$ 134.900,00 (cento e trinta e quatro mil e novecentos reais), destinados àAquisição de uma Van para APAE, conforme Convênio MDS nº 855911/17 – SICONV nº 092918/17. Proteção Social Básica recebeu da união o valor total de R$ 45.198,48 (quarenta e cinco mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos), sendo que R$30.983,62 (trinta mil, novecentos e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos) foramdestinados ao pagamento de seis servidores, sendo três assistentes sociais, dois agente PAIF serviço social e um agente PAIF ensino médio. A reprogramação do saldo de dois mil e dezoito no valor de R$14.214,86 (quatorze mil, duzentos e quatorze reais e oitenta e seis centavos) foram utilizados paraAquisição de gêneros de alimentação, Aquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, Aquisição de material didático, Aquisição de materiais para brinquedoteca para o serviço de convivência Efapi e Serviços de manutenção de bens móveis e imóveis. A Proteção Social Básica, reprogramou saldo de dois mil e dezoito do recurso estadual no valor de R$ 18.662,47 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos) para Aquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, Aquisição de material didático, Serviços de transporte de crianças para atividades externas, Aquisição de switch - SCFV Efapi; armário aéreo para o serviço de convivência Marechal Bormann; balcão de cozinha para o CRAS Líder e Serviços de convivência da Aldeia Condá e Toldo Chimbangue; batedeiras para o serviço de convivência do Santo Antonio, Seminário, Aldeia Condá e Toldo Chimbangue; cilindro elétrico para o Serviço de Convivência Aldeia Condá e Marechal Bormann; cozinha completa para os Serviços de convivência Marechal Bormann, Primeiros Passos e Efapi; forno elétrico para os Serviços de convivência Aldeia Condá e Passo dos Fortes; refrigerador para o Serviço Primeiros Passos; liquidificador para o Toldo Chimbangue; suporte TV para o Toldo Chimbangue, Passo dos Fortes e Efapi; televisor quarenta e três polegadas para o Passo dos Fortes, Aldeia Condá e Toldo Chimbangue. A Proteção Social Especial recebeu da União o valor de R$ 20.361,42 (vinte mil, trezentos e sessenta e um reais e quarenta e dois centavos), sendo R$ 8.887,42 (oito mil, oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e dois centavos)destinado aopagamento de cinco servidores, sendo um psicólogo, um agente CREAS serviço social, um agente CREAS Direito, um agente CREAS Psicologia e coordenador do PETI. A reprogramação de saldo de dois mil e dezoito, no valor de R$ 11.474,00 (onze mil, quatrocentos e setenta e quatro reais) foi destinado paraAquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, aquisição de material para segunda vistoria do veículo Ford KA placas QIY 0365, aquisição de gás engarrafado, aquisição de água mineral, Serviços de manutenção de bens móveis e imóveis. A Proteção Social Especial recebeu do Estado o valor de R$ 3.454,20 (três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e vinte centavos) e a Reprogramação deste saldo de dois mil e dezoito foi utilizada para Aquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, Aquisição de material de expediente. Por meio do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD SUAS UNIÃO (Gestão: IGD SUAS e IGD ACESSUAS TRABALHO), foi recebido o valor de R$ 590,00 (quinhentos e noventa reais), utilizado para Serviço de inscrição de servidor em capacitação sobre a Lei 13.019/14. Também, foi recebido por meio do Índice De Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família – IGD PBF União o valor de R$ 2.279,36 (dois mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos), destinados a Serviços bancários, Serviços de passagens áreas para servidoras para participação em capacitação do Programa Bolsa Família em Florianópolis. Para a Proteção Social Básica, foi repassado recurso municipal deR$ 508.944,18 (quinhentos e oito mil, novecentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), destinados a Aquisição de material para manutenção de bens móveis e imóveis, Aquisição de material para manutenção de veículo Celta placas MFC 7436, Aquisição de material didático, Serviços de traslado de corpo de Nonoai para Chapecó, Serviços de manutenção de bens móveis e imóveis, Serviços de locação de imóvel para seis meses para o Serviço de Convivência Marechal Bormann, serviços de locação de imóvel para Serviço de Convivência do Seminário para o período de seis meses, adiantamento de viagens, Programa Trabalho e Cidadania – Empenhamento para o ano para dois bolsistas, pagamento de Brigadista credenciado para atuar em evento na Cidade do Idoso, Pagamento de oitenta e dois servidores. A Proteção Social Especial recebeu recurso municipal deR$ 380.156,39 (trezentos e oitenta mil, cento e cinquenta e seis reais e trinta e nova centavos), destinado à Aquisição de materiais para manutenção de bens móveis e imóveis; Serviços de manutenção de bens móveis e imóveis, Serviços de locação para Abrigo Institucional para dois meses, Serviços de vistoria para entrega do imóvel do Abrigo Institucional, Pagamento de oitenta e um servidores. A prestação de contas foi aprovada pela Plenária. O Demonstrativo Físico Financeiro do Fundo ficou programado para o mês de dezembro, pois a próxima reunião será preenchido o Senso SUAS. **7. Preenchimento vaga suplente de usuários.** Adecir Antonio Rodrigues da Silva foi apresentado como candidato ao preenchimento da vaga de suplente de usuário, sendo aprovado pela plenária e encaminhado para nomeação. **8. Acompanhamento dos convênios com entidades.** Serão solicitados relatórios das entidades conveniadas, para análise da comissão de normas à SEASC. **9. Corrigir valor plano de trabalho Programa Viver Ações Sociais para R$ 157.000,00.** Juliane informou que a soma total do projeto, que constava no Plano de Trabalho, realizada pela comissão, estava equivocada, pois havia parcelas com valores mensais diferenciados, desta forma, a informação foi corrigida no ofício de aprovação e enviada ao setor de convênios da Prefeitura Municipal. **10. Avaliação da Conferência de Assistência Social/participação na conferência estadual.** A avaliação da Conferência Municipal de Assistência Social foi realizada por e-mail e os dados coletados a partir das respostas já foram sistematizados e enviados aos conselheiros. A Conferência Estadual ocorrerá nos dias onze e doze de novembro, sendo que o estado arcará com custos de alimentação e o município deve arcar com os custos de hospedagem e deslocamento. Deise falou sobre a dificuldade de justificar o pagamento de diárias aos usuários da política de assistência social e que os custos com passagens deverão passar pelo comitê gestor. A SEASC será consultada sobre a possibilidade de custear as despesas. **11. Casa do Imigrante - ASDI.** Chegou ao conhecimento do conselho, uma divulgação de que a ASDI estaria realizando promoção buscando angariar fundos para a Casa do Imigrante, por isso será enviado ofício solicitando informações. **12.** **Correspondências recebidas:** Convite APAE para a décima sexta Noite Cultural, dia vinte e dois se setembro às dezoito e trinta horas no Centro de Eventos; Ofício do Programa Verde Vida em resposta ao oficio nº 025/2019 deste conselho. **13.** **Correspondências enviadas: Ofício nº 020/2019** à Senhora Ulda Baldissera – Secretária de Assistência Social, informando que este conselho avaliou e aprovou os Planos de Trabalhos das organizações da sociedade civil para convênio com o Fundo Municipal de Assistência Social; **Oficio nº 021/2019** à Senhora Ulda Baldissera solicitando materiais e estrutura para realização da Conferência Municipal de Assistência Social; **Oficio nº 022/2019** ao Secretário de Comunicação Social Fernando Mattos solicitando som e protocolo da Conferência de Assistência Social; **Ofícios números 023/2019 e 024/2019** ao Senhor Luciano Buligon, Prefeito Municipal e a Senhora Ulda Baldissera convidando para abertura da Conferência Municipal de Assistência Social; **Oficio nº 025/2019** ao Senhor Juacir Pereira de Souza – Presidente do Verde Vida Programa Oficina Educativa, solicitando esclarecimentos do plano de trabalho da entidade, conforme inscrição no CMAS. **14.** **Informes Gerais: abaixo assinado, questionário MP.** Juliane socializou com os presentes sobre abaixo assinado que reivindica um por cento da arrecadação do Estado de Santa Catarina seja destinado à Política de Assistência Social e convidou a quem ainda não tivesse assinado, que colaborasse com a assinatura. O Ministério Público questionou o conselho sobre as principais deficiências da Política de Assistência Social do município, as ações prioritárias e o plano de ação. Serão encaminhadas as informações coletadas na Conferência Municipal de Assistência Social. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, sendo que esta ata foi lavrada por mim, Daiane Grasiela Nadaletti Nardon, que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes.